

QGEP Participações S.A.

*Informações Contábeis Intermediárias
Referentes ao Trimestre e Semestre Findos em
30 de Junho de 2011 e Relatório Sobre a
Revisão de Informações Trimestrais*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
QGEP Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da QGEP Participações S.A. (“Companhia”) e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 1 às Informações Trimestrais - ITR, até a presente data, a transferência do contrato de concessão de exploração de petróleo e gás natural da Companhia Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) referentes ao Campo de Coral e da Companhia Shell Brasil Petróleo Ltda. (“Shell”) referente ao bloco BM-S-8 para a Companhia ainda depende da anuência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”).

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação complementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

José Carlos Monteiro
Contador
CRC 1SP 100.597/O-2 “S” RJ

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(As informações trimestrais de 30 de junho foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão datado de 8 de agosto de 2011).

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.305	5.229	1.215.746	137.225
Aplicações financeiras	4	-	-	326.042	-
Contas a receber	5	-	-	57.125	82.007
Impostos e contribuição a recuperar	8.1	40	-	8.452	1.156
Outros		455	659	11.959	1.209
Total do ativo circulante		<u>2.800</u>	<u>5.888</u>	<u>1.619.324</u>	<u>221.597</u>
NÃO CIRCULANTE					
Caixa restrito	7	-	-	128.063	110.571
Impostos a recuperar	8.1	-	-	205	218
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.4	-	-	2.417	2.861
Investimentos	9	2.153.472	617.148	-	-
Imobilizado	10	-	-	720.706	713.657
Intangível	11	-	-	282.303	5.836
Total do ativo não circulante		<u>2.153.472</u>	<u>617.148</u>	<u>1.133.694</u>	<u>833.143</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.156.272</u></u>	<u><u>623.036</u></u>	<u><u>2.753.018</u></u>	<u><u>1.054.740</u></u>
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores		3.496	29	25.181	18.999
Contas a pagar	12	-	-	245.874	-
Impostos e contribuição a recolher	8.2	155	-	15.672	22.579
Remuneração e obrigações sociais		68	44	1.981	283
Contas a pagar - partes relacionadas	6	-	660	970	1.181
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	52.281	76.330
Provisão para pesquisa e desenvolvimento		-	-	5.916	4.999
Provisão para garantia devolução blocos	11	-	-	-	10.555
Outras obrigações		-	-	13.658	13.734
Total do passivo circulante		<u>3.719</u>	<u>733</u>	<u>361.533</u>	<u>148.660</u>
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	149.844	188.692
Provisão para abandono	15	-	-	89.088	95.085
Total do passivo não circulante		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>238.932</u>	<u>283.777</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social integralizado	22	2.078.116	620.417	2.078.116	620.417
Lucro líquido do período		71.724	-	71.724	-
Reserva legal		1.780	1.780	1.780	1.780
Plano de opções de ações	22	933	-	933	-
Dividendos propostos		-	106	-	106
Total do patrimônio líquido		<u>2.152.553</u>	<u>622.303</u>	<u>2.152.553</u>	<u>622.303</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>2.156.272</u></u>	<u><u>623.036</u></u>	<u><u>2.753.018</u></u>	<u><u>1.054.740</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O PERÍODO DE
TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011

(As informações trimestrais de 30 de junho foram revisadas por auditores independentes na
extensão descrita no relatório de revisão datado de 8 de agosto de 2011).

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/04/2011 a 30/06/2011	01/01/2011 a 30/06/2011	01/04/2010 a 30/06/2010	01/01/2010 a 30/06/2010	01/04/2011 a 30/06/2011	01/01/2011 a 30/06/2011	01/04/2010 a 30/06/2010	01/01/2010 a 30/06/2010
RECEITA LÍQUIDA	16	-	-	-	-	60.817	131.918	-	-
CUSTOS OPERACIONAIS	17.1	-	-	-	-	(25.505)	(52.396)	-	-
LUCRO BRUTO		-	-	-	-	35.312	79.522	-	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS									
Gerais e administrativas	17.2	(1.357)	(1.867)	-	-	(10.363)	(39.874)	-	-
Equivalência Patrimonial	9	59.599	73.345	-	-	-	-	-	-
Custos exploratórios para a extração de petróleo e gás	18	-	-	-	-	(2.456)	(17.363)	-	-
Outras operacionais líquidas		-	-	-	-	(1.905)	(1.629)	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		58.242	71.478	-	-	20.588	20.656	-	-
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	19	117	246	-	-	49.516	72.453	-	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		58.359	71.724	-	-	70.104	93.109	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.3	-	-	-	-	(3.675)	(444)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.3	-	-	-	-	(8.070)	(20.941)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		58.359	71.724	-	-	58.359	71.724	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO	22	0,27	0,33	-	-	0,27	0,33	-	-

(*) Além do lucro do período, não existiram outros resultados abrangente. Desta forma, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011

(As informações trimestrais de 30 de junho foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão datado de 8 de agosto de 2011).

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reserva de lucros Reserva legal	Plano de opções de ações	Proposta de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
<u>01/04/2011 a 31/06/2011</u>							
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011		2.078.116	1.780	-	106	13.365	2.093.367
Lucro líquido do período		-	-	-	-	58.359	58.359
Dividendos pagos					(106)	-	(106)
Plano de opções de ações				933			933
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	22	2.078.116	1.780	933	-	71.724	2.152.553
<u>01/01/2011 a 30/06/2011</u>							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		620.417	1.780	-	106	-	622.303
Aumento de capital conforme deliberação do Conselho de Administração de 7 de fevereiro de 2011	22	1.317.460	-	-	-	-	1.317.460
Aumento de capital conforme deliberação do Conselho de Administração de 2 de março de 2011	22	197.619	-	-	-	-	197.619
Lucro líquido do período		-	-	-	-	71.724	71.724
Dividendos pagos					(106)	-	(106)
Plano de opções de ações				933			933
Custo com emissão de ações	22	(57.380)	-	-	-	-	(57.380)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	22	2.078.116	1.780	933	-	71.724	2.152.553

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011

(As informações trimestrais de 30 de junho foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão datado de 8 de agosto de (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/01/2011 a 30/06/2011	01/01/2010 a 30/06/2010	01/01/2011 a 30/06/2011	01/01/2010 a 30/06/2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		71.724	-	71.724	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial, líquido de dividendos recebidos de controladora	9	(73.345)	-	-	-
Amortização de gastos	10/11	-	-	24.060	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	444	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	13	-	-	12.118	-
Provisão para garantia devolução dos blocos	11	-	-	(10.555)	-
Baixa de imobilizado		-	-	14.040	-
Provisão para plano de opção de ação		933	-	933	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	-	11.375	-
Provisão para pesquisa e desenvolvimento		-	-	917	-
Variação cambial sobre provisão para abandono	15	-	-	(5.997)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	24.882	-
Impostos e contribuição a recuperar		(40)	-	(7.283)	-
Aumento dos outros ativos		204	-	(10.750)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		3.467	-	6.182	-
Impostos a recolher		155	-	(15.180)	-
Juros pagos	13	-	-	(13.458)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(3.102)	-
Empresas ligadas		(660)	-	(211)	-
Aumento dos outros passivos		24	-	1.622	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>2.462</u>	<u>-</u>	<u>101.761</u>	<u>-</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Caixa restrito		-	-	(17.492)	-
Aplicações financeiras	4	-	-	(326.042)	-
Adições de investimento	9.2	(1.462.979)	-	-	-
Adições ao imobilizado	10	-	-	(43.672)	-
Adições ao intangível	11	-	-	(32.070)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.462.979)</u>	<u>-</u>	<u>(419.276)</u>	<u>-</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital por emissão de ações	22	1.515.079	-	1.515.079	-
Custo com emissão de ações		(57.380)	-	(57.380)	-
Pagamento de financiamentos	13	-	-	(61.557)	-
Pagamento de dividendos	22	(106)	-	(106)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>1.457.593</u>	<u>-</u>	<u>1.396.036</u>	<u>-</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(2.924)</u>	<u>-</u>	<u>1.078.521</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		5.229	-	137.225	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		<u>2.305</u>	<u>-</u>	<u>1.215.746</u>	<u>-</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(2.924)</u>	<u>-</u>	<u>1.078.521</u>	<u>-</u>

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011

(As informações trimestrais de 30 de junho foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/01/2011 a 30/06/2011	01/01/2010 a 30/06/2010	01/01/2011 a 30/06/2011	01/01/2010 a 30/06/2010
RECEITAS		-	-	245.960	-
Vendas de gás	16	-	-	169.893	-
Outras receitas		-	-	324	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios	10	-	-	75.743	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		960	-	126.878	-
Custo dos produtos, das mercadorias e serviços vendidos		-	-	35.968	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		960	-	87.611	-
Outros	16	-	-	3.299	-
VALOR ADICIONADO BRUTO		(960)	-	119.082	-
DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO		-	-	24.066	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(960)	-	95.016	-
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		73.595	-	73.283	-
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos	9	73.345	-	-	-
Receitas financeiras	19	250	-	73.283	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>72.635</u>	<u>-</u>	<u>168.299</u>	<u>-</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)					
Pessoal:					
Remuneração direta		703	-	27.379	-
Benefícios		-	-	199	-
F.G.T.S		-	-	87	-
		<u>703</u>	<u>-</u>	<u>27.665</u>	<u>-</u>
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		184	-	37.455	-
Estaduais		-	-	19.401	-
Municipais		-	-	24	-
ANP (BÔNUS + ROYALTIES)	17.1	-	-	10.752	-
		<u>184</u>	<u>-</u>	<u>67.632</u>	<u>-</u>
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		4	-	12.028	-
Aluguéis		-	-	186	-
Despesas bancárias		20	-	262	-
Variação monetária / cambial	19	-	-	(11.198)	-
		<u>24</u>	<u>-</u>	<u>1.278</u>	<u>-</u>
Remuneração de capitais próprios:					
Lucro líquido do período	22	71.724	-	71.724	-
		<u>71.724</u>	<u>-</u>	<u>71.724</u>	<u>-</u>
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO		<u>72.635</u>	<u>-</u>	<u>168.299</u>	<u>-</u>

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS – ITR INDIVIDUAL E CONSOLIDADO PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Histórico Operacional

A QGEP Participações S.A. (a “Companhia” ou “QGEPP”) foi constituída em 9 de março de 2010 com a razão social Latina Participações S.A., posteriormente alterada em 2 de setembro de 2010 para QGEP Participações S.A. e permaneceu sem atividades até esta data, quando a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) aportou na QGEPP a totalidade de seu investimento na Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”), passando esta última ser sua subsidiária integral.

A QGEPP tem como principal objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica. Suas controladas, Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”) e Manati S.A. (“Manati”) são sucessoras nas operações de exploração e produção (“E&P”) da empresa Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”).

As atividades de E&P são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). A Companhia e suas controladas são referidas em conjunto nestas demonstrações financeiras como “Grupo”.

Em 1º de novembro de 2010 sua Administração protocolou junto à Superintendência de Relacionamento com Empresas (SEP), da Comissão de Valores Mobiliários, a solicitação para obtenção de registro de companhia aberta, a qual foi deferida por aquela autarquia em 2 de fevereiro de 2011.

Informações sobre as operações do Grupo

Em 30 de junho de 2011, o Grupo apresenta em seu portfólio seis blocos exploratórios localizados em bacias *offshore* da Plataforma Continental Brasileira. Desses, três estão situados na Bacia de Camamu (BM-CAL-5, CAL-M-312 e CAL-372); um na Bacia de Jequitinhonha (BM-J-2) e dois na Bacia de Santos (BM-S-12 e BM-S-8). Dos blocos citados, a QGEP é operadora do bloco BM-J-2 e os demais são operados pela Petrobras.

O contrato de concessão do Campo de Coral e do bloco BMS-S 8 adquirido em 1º de junho de 2011 junto a Shell conforme descrito na Nota explicativa 11 estão em processo de transferência para a QGEP, dependendo da anuência da ANP.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem para uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoo o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras trimestrais da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21- Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o CPC 21- Demonstração Intermediária.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais semestrais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras semestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras semestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras semestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Companhia está apresentando as demonstrações financeiras semestrais individuais da controladora (QGEP Participações S.A.) e consolidadas. Este procedimento é necessário em virtude da legislação societária brasileira determinar a divulgação das demonstrações financeiras individuais das entidades que contém investimentos em controladas, mesmo quando estas entidades divulgam suas demonstrações consolidadas.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no Real brasileiro como moeda funcional e de apresentação.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, na mesma data base e de acordo com as mesmas práticas contábeis. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Desta forma, o processo de consolidação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado corresponde à soma dos respectivos ativos, passivos, receitas e despesas, complementado com as seguintes eliminações entre a Controladora e suas controladas diretas e indiretas: (i) participações no capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados e investimentos, (ii) saldos de contas correntes e outros ativos e/ou passivos, (iii) efeitos de transações relevantes.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Participações da Companhia em controladas existentes

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as informações financeiras de suas controladas, diretas e indiretas, relacionadas a seguir:

	<u>Porcentagem de participação - %</u>	
	<u>Controle</u>	<u>30/06/2011</u>
QGEP	Direto	100%
Manati	Indireto	100%

2.4. Informações do segmento operacional

Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera com um único segmento, exploração e produção (E&P). Adicionalmente, a receita líquida é substancialmente derivada de transações com a Petrobras no Brasil.

Resumo das principais práticas contábeis:

2.5. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.6. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos usados na formação de ativos qualificáveis (IAS 23 - Custos de Empréstimos) deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

Os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás são registrados pelo método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts*). Esse método determina que os gastos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e de geofísica, custos com poços secos e os vinculados às reservas não comerciais sejam registrados no resultado, quando incorridos. Os gastos com perfuração de poços (*Drilling Costs*) onde as avaliações de viabilidade, não foram concluídas, permanecem capitalizados até a sua conclusão.

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção de gás natural no Campo de Manati são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

Os juros e demais encargos financeiros calculados sobre os passivos relativos a aquisições do ativo imobilizado foram capitalizados como custos desses ativos até o início de suas operações (fase de produção/operação).

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

2.7. Intangível

A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os gastos com direitos e concessões que incluem, basicamente, os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural e são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

De acordo com essa avaliação, efetuada para o período findo em 30 de junho de 2011, a Administração entende que não existe a necessidade de efetuar provisão para realização nesses ativos exploratórios na referida data.

2.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A Administração do Grupo não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 30 de junho de 2011, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos.

2.9. Abandono de poços e desmantelamento de áreas

A obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção é registrada com base em informações fornecidas pelo operador dos campos e registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota 15).

A provisão para abandono é revista anualmente pelo operador, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado.

2.10. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

Os financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras.

2.11. Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas é constituída para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados.

2.12. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O ativo de imposto de renda e a contribuição social diferidos é reconhecido somente até o montante que possa ser considerado como de realização provável.

2.14. Incentivos fiscais

Por estar localizada na área de abrangência da SUDENE, a sua controlada indireta Manati, detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração durante 10 anos, começando a mesma a usufruir deste benefício desde 2008. Os valores apropriados no resultado na despesa de imposto de renda representam 25% da alíquota fiscal e os valores dos incentivos fiscais são destinados à reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

2.15 Acordos de pagamentos baseados em ações da Companhia

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na Nota explicativa nº 22.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações” que registrou o benefício aos empregados.

2.16. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.17. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

2.17.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia possui aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2.17.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que o Grupo tem a obrigação contratual, a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. A Companhia possui caixa restrito classificado nesta categoria.

2.17.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes, caixa e depósitos bancários) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

2.17.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.18. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

2.18.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.18.2. Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem.

2.19. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP e de suas controladas, utilizada na preparação das demonstrações financeiras é a moeda corrente do Brasil - real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico primário que o Grupo opera.

2.20. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pelo Grupo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.21. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

Pronunciamento ou interpretação	Descrição	Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após
IFRS 1	Isenção Limitada de Divulgações Comparativas da IFRS 7 para Adotantes Iniciais	1º de julho de 2010
IFRS 1	Eliminação de Datas Fixas para Adotantes pela Primeira Vez das IFRSs	1º de julho de 2011
IFRS 7	Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros	1º de julho de 2011
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de julho de 2013
IAS 12	Impostos Diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes quando o Ativo é mensurado pelo modelo de Valor Justo da IAS 40	1º de janeiro de 2012
IAS 32 (revisado)	Alterações Relacionadas aos Direitos de Emissão	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 14 (revisado)	Pré-pagos de um Requerimento Mínimo de Fundos	1º de janeiro de 2011

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência.

Em 6 de maio de 2010, o IASB emitiu documento chamado Melhorias para as IFRSs 2010 (*Improvements to IFRSs 2010*), incorporando alterações em sete normas. Esse é o terceiro conjunto de alterações emitidas através do processo anual de melhorias, que é designado para efetuar melhorias necessárias, mas não urgentes às IFRSs.

A Administração da Companhia está analisando os possíveis impactos em suas demonstrações financeiras provenientes da adoção dessas melhorias, mas não são esperados impactos relevantes.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na Nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social e a avaliação de instrumentos financeiros, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e depósitos bancários	203	21	972	936
CDBs e Debêntures Compromissadas	2.102	5.208	60.118	136.289
Fundo de investimento exclusivo	-	-	<u>1.154.656</u>	-
Total	<u>2.305</u>	<u>5.229</u>	<u>1.215.746</u>	<u>137.225</u>

O caixa e equivalente de caixa estão concentrados em cotas de 3 fundos de investimento exclusivos, certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB) e operações compromissadas (lastro debêntures), possuindo liquidez imediata e rentabilidade indexada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sem prejuízo do principal e rendimentos quando do resgate.

b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fundo de investimento exclusivo	-	-	<u>326.042</u>	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>326.042</u>	<u>-</u>

Em 30 de junho de 2011, a rentabilidade média do caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras foi equivalente a 100,23% do CDI no acumulado do semestre.

c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

O grupo possui um fundo de investimento exclusivo multimercado, que aplica em cotas de fundos exclusivos de renda fixa, lastreados em títulos públicos e privados indexadas à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Até 30 de junho de 2011, todas as aplicações dos fundos exclusivos possuíam liquidez diária, independente dos vencimentos dos papéis que lastreiam os fundos.

As carteiras dos fundos de investimentos exclusivos são compostas pelos títulos e saldos demonstrados no quadro abaixo:

<u>Produto</u>	<u>Data de Emissão</u>	<u>Data de Vencimento</u>	<u>Valor</u>
Compromissada (LFT e Debêntures)	01/nov/05 a 01/jun/11	07/Mar/13 a 20/abr/26	520.294
CAIXA	-	-	4
CDB/ CDI	29/out/08 a 17/jun/11	19/set/11 a 06/nov/13	<u>634.358</u>
Títulos classificados em equivalentes de caixa			<u>1.154.656</u>
LFT	06/jul/07 a 09/abr/10	07/mar/13 a 07/set/16	<u>326.042</u>
Títulos classificados em aplicações financeiras			<u>326.042</u>

5. CONTAS A RECEBER

A Manati tem um contrato de longo prazo (até 25 anos) para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual.

Os saldos de contas a receber referem-se a operações basicamente de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os detalhes a respeito das transações entre o Grupo e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Passivo – circulante</u>				
Contas a pagar – QG S.A.	-	-	110	-
Contas a pagar - QGOG (a)	-	-	728	1.049
Contas a pagar – BS3	-	-	132	132
Contas a pagar - QGEP (b)	=	<u>660</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	=	<u>660</u>	<u>970</u>	<u>1.181</u>

	Consolidado			
	<u>01/04/11 a</u> <u>30/06/11</u>	<u>01/01/11 a</u> <u>30/06/11</u>	<u>01/04/10 a</u> <u>30/06/10</u>	<u>01/01/10 a</u> <u>30/06/10</u>
<u>Resultado</u>				
Despesas gerais e administrativas (a)	845	1.682	-	-

(a) Decorrente de prestação de serviços administrativos que a QGOG prestou à Manati e a QGEP. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% a.m.

(b) Referente a reembolso de despesas incorridas basicamente com certificação de reservas por especialistas externos.

6.1. Remuneração dos administradores

A remuneração inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), os encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da administração está apresentada conforme quadro abaixo:

	Controladora			
	01/04/11 a <u>30/06/11</u>	01/01/11 a <u>30/06/11</u>	01/04/10 a <u>30/06/10</u>	01/01/10 a <u>30/06/10</u>
Remuneração do período	422	834	-	-

	Consolidado			
	01/04/11 a <u>30/06/11</u>	01/01/11 a <u>30/06/11</u>	01/04/10 a <u>30/06/10</u>	01/01/10 a <u>30/06/10</u>
Remuneração do período	1.695	3.258	-	-

Além da remuneração citada acima, durante o primeiro semestre de 2011, foi pago o montante de R\$13.712 referente a gratificação do processo de abertura de capital para os Administradores, conforme aprovado em ata de Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) de 28 de março de 2011.

6.2. Garantias entre partes relacionadas

Os empréstimos bancários das instituições financeiras BNB, IFC e BNDES possuem garantia corporativa até a liquidação dos mesmos, conforme descritos na Nota 13.

7. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fundo da provisão de abandono (a)	7.396	4.049
Aplicação financeira – amortização acelerada empréstimos BNB (b)	73.220	59.075
Aplicação financeira – conta reserva (c)	<u>47.447</u>	<u>47.447</u>
Total	<u>128.063</u>	<u>110.571</u>

- (a) O fundo de abandono é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o pagamento da provisão para abandono do Campo de Manati (fundo de abandono - vide nota 15) e são integralmente registradas no Banco Bradesco. O benchmark do fundo é 70% da variação cambial mais 30% da variação do CDI.

- (b) Conta para qual são transferidos, mensalmente, os recursos provenientes dos contratos de compra e venda de gás natural, na hipótese de produção do Campo de Manati em quantidade superior a quantidade mensal produzida estimada, conforme Contrato de Financiamento, e correspondente a 50% deste excedente de produção multiplicado pelo preço contratual de venda no respectivo mês. Quando o saldo desta conta alcançar um montante igual ao valor de uma prestação de amortização do principal, o BNDES e BNB poderão efetuar pagamentos adicionais, de modo a reduzir o número total de prestações. Estes recursos são aplicados em Letras Financeiras de Tesouro (“LFT”), indexados à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), com rentabilidade de 99% do CDI, cujo prazo de vencimento é de até 54 meses a partir de 30 de junho de 2010.
- (c) Outros ativos financeiros da controlada Manati composto por saldos de aplicações financeiras que fazem parte do pacote de garantias cedidas ao BNB e BNDES em decorrência do Financiamento para desenvolvimento do Campo de Manati (conta reserva). Estes recursos são aplicados em operações de renda fixa, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), integralmente registradas no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), os quais rendem uma taxa de 99% do CDI, cujo prazo dessas aplicações é de 292 dias a partir de 30 de junho de 2011.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

8.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Antecipação IR e CS	-	-	978	-
IRRF sobre aplicação financeira (a)	28	-	7.255	781
ICMS sobre imobilizado (b)	-	-	412	486
Outros	<u>12</u>	-	<u>12</u>	<u>107</u>
Total	<u>40</u>	<u>-</u>	<u>8.657</u>	<u>1.374</u>
Circulante	<u>40</u>	<u>-</u>	<u>8.452</u>	<u>1.156</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>205</u>	<u>218</u>

- (a) Créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado como cotas, que ocorre no último dia útil dos meses de maio e novembro. Esse recolhimento é calculado tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).
- (b) Créditos registrados na Manati referentes às aquisições destinadas ao ativo imobilizado os quais vêm sendo compensados mensalmente na proporção de 1/48 avos.

8.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
ICMS (a)	-	-	4.454	4.375
IRRF	127	-	296	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	5.166	7.937
PIS/COFINS (a)	-	-	3.766	6.981
Royalties (b)	-	-	1.891	2.501
Participação especial (c)	-	-	-	775
Outros	28	-	99	10
Total circulante	<u>155</u>	<u>-</u>	<u>15.672</u>	<u>22.579</u>

- (a) Débitos referentes aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati.
- (b) Royalties sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota 20.
- (c) A participação especial sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota 20.

8.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora		Consolidado	
	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Lucro antes da tributação	58.359	71.724	70.104	93.109
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(19.842)	(24.386)	(23.835)	(31.657)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	20.263	24.937	-	-
Incentivos fiscais (*)	-	-	5.551	13.314
Prejuízos fiscais não ativados	(421)	(551)	1.291	(5.827)
Baixa de blocos exploratórios	-	-	10.299	10.299
Outros	-	-	(5.051)	(7.514)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(11.745)	(21.385)
Alíquota efetiva	-	-	<u>16.75%</u>	<u>22.97%</u>
Imposto de renda/contribuição social diferidos	-	-	(3.675)	(444)
Imposto de renda/contribuição social correntes	-	-	(8.070)	(20.941)

- (*) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações de Manati (vide Nota 2.14).

8.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são oriundos de despesas não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em exercícios futuros para cálculo dos impostos.

	<u>Consolidado</u>
	<u>Diferença temporária</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.861
Reconhecido no resultado	<u>(444)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>2.417</u>

9. INVESTIMENTOS

9.1. Composição

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do período:

<u>Participação</u>	<u>Nome da controlada</u>	<u>Local de constituição e operação</u>	<u>Participação e capital votante e total detidos - %</u>
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Indireta	Manati S.A.	Brasil	100%

9.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados dos investimentos e as informações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas direta e indireta, QGEP e Manati, são:

	<u>Controlada direta QGEP</u>	<u>Controlada indireta Manati</u>
Quantidade de ações ordinárias	191.352.711	38.044.131
Percentual de participação direta	100%	100%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Capital social	2.042.553	253.481
Patrimônio líquido	2.151.468	487.646
Resultado do período	73.345	58.569

A movimentação dos investimentos da QGEPP na controlada direta QGEP apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	<u>R\$</u>
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2010	617.148
Integralização de capital em 11 de fevereiro de 2011 (a)	1.271.000
Integralização de capital em 4 de março de 2011 (b)	191.046
Equivalência patrimonial (c)	<u>13.746</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>2.092.940</u>
Plano de opções de ações	933
Equivalência patrimonial (d)	<u>59.599</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>2.153.472</u>

- (a) Em AGE realizada em 11 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social da subsidiária QGEP no montante de R\$1.271.000, o qual passou nesta data de R\$580.506 para R\$1.851.506 mediante a emissão de 116.228.375 ações ordinárias.
- (b) Em AGE realizada em 4 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social da subsidiária QGEP no montante de R\$191.046, o qual passou nesta data de R\$1.851.506 para R\$2.042.553 mediante a emissão de 17.470.595 ações.
- (c) O resultado apurado pela investida no período de três meses findos em 31 de março de 2011 foi de R\$13.746.
- (d) O resultado apurado pela investida no período de seis meses findos em 30 de junho de 2011 foi de R\$73.345.

9.3. Informações sobre as controladas

- Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

A QGEP foi constituída em 16 de outubro de 2009 com a razão social Chania Participações S.A., posteriormente alterada em 14 de maio de 2010 para Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. e permaneceu sem atividades até 2 de julho de 2010 quando a QGOG aportou os ativos líquidos referente as atividades de E&P, passando esta última ser sua subsidiária integral.

A QGEP tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

- Manati S.A.

A Manati S.A., é uma companhia de capital fechado, que tem prazo de duração indeterminado. Foi fundada em 13 de outubro de 2004, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia. Tem como objetivo social e específico a realização de investimentos no Campo de Manati e no Bloco BCAM-40 (devolvido no exercício de 2009), localizado na bacia de Camamu/Almada e a comercialização de hidrocarbonetos decorrentes da exploração do mencionado bloco, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas. Toda a produção de gás é vendida a Petrobras.

10. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação e amortização %	Consolidado			31/12/2010
		30/06/2011		Líquido	
		Custo	Depreciação e amortização		
<u>Segmento corporativo</u>					
Móveis e utensílios	10%	534	(24)	510	171
Veículos	20%	279	(6)	273	-
Computadores – Hardware	20%	303	(17)	286	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	<u>1.187</u>	<u>(100)</u>	<u>1.087</u>	<u>979</u>
Subtotal		<u>2.303</u>	<u>(147)</u>	<u>2.156</u>	<u>1.150</u>
<u>Segmento de upstream</u>					
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	159.456	-	159.456	131.820
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)	(iii)	16.844	(13.268)	3.576	7.473
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	(iii)	<u>795.045</u>	<u>(239.527)</u>	<u>555.518</u>	<u>573.214</u>
Subtotal		<u>971.345</u>	<u>(252.795)</u>	<u>718.550</u>	<u>712.507</u>
Total		<u>973.648</u>	<u>(252.942)</u>	<u>720.706</u>	<u>713.657</u>

- (i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.
- (ii) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, o qual já está em fase de produção.
- (iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (Nota 20(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.

Custo	Consolidado				Total
	Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais – em andamento	Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	
(+) Adições pelo acervo líquido	-	120.702	16.844	788.720	926.266
(+) Adições do período (a)	<u>1.150</u>	<u>11.118</u>	-	<u>4.010</u>	<u>16.278</u>
Saldo em 31/12/2010	1.150	131.820	16.844	792.730	942.544
(+) Adições do período	1.333	40.024	-	2.315	43.672
(-) Baixas do período	<u>(180)</u>	<u>(12.388)</u>	-	-	<u>(12.568)</u>
Saldo em 30/06/2011	<u>2.303</u>	<u>159.456</u>	<u>16.844</u>	<u>795.045</u>	<u>973.648</u>

<u>Depreciação e Amortização</u>	<u>Depreciação imobilizado corporativo</u>	<u>Amortização gastos com exploração</u>	<u>Amortização gastos com desenvolvimento</u>	<u>Total</u>
(+) Adições pelo acervo líquido	-	(8.761)	(190.279)	(199.040)
(+) Adições do período	<u>-</u>	<u>(610)</u>	<u>(29.237)</u>	<u>(29.847)</u>
Saldo em 31/12/2010	-	(9.371)	(219.516)	(228.887)
(+) Adições do período	<u>(147)</u>	<u>(3.897)</u>	<u>(20.011)</u>	<u>(24.055)</u>
Saldo em 30/06/2011	<u>(147)</u>	<u>(13.268)</u>	<u>(239.527)</u>	<u>(252.942)</u>

11. INTANGÍVEL

	<u>Custo</u>	<u>Consolidado</u>		
		<u>Amortização</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Aquisição de concessão exploratória (i)	277.865	-	277.865	-
Bônus de assinatura (ii)	4.364	-	4.364	5.836
Outros	<u>79</u>	<u>(5)</u>	<u>74</u>	<u>-</u>
Total	<u>282.308</u>	<u>(5)</u>	<u>282.303</u>	<u>5.836</u>

- (i) Em 1º de junho de 2011, a controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP") assinou com a Shell Brasil Petróleo Ltda. ("Shell") contrato de compra e venda de direitos de participação no bloco BM-S-8, localizado no offshore da Bacia de Santos no valor de US\$175.000 (cento e setenta e cinco milhões de dólares). O consórcio é formado pela Petrobras (operadora), Petrogal e Shell, e prevê aquisição de 10 por cento (10%) de um total de 20 por cento (20%) de titularidade da Shell. A transferência dos direitos de participação da Shell para a QGEP está sujeita a aprovação da ANP. O pagamento de 10% do valor (US\$17.500) da aquisição foi realizado no dia 15 de junho de 2011 e os outros 90% (US\$157.500) da aquisição foram pagos no dia 15 de julho de 2011.
- (ii) Em 30 de junho de 2011, os bônus de assinatura, no montante de R\$4.364, correspondem aos gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se refere a áreas de concessão em fase exploratória. Em 30 de junho de 2010, o saldo não contempla o bônus de assinatura do bloco BM-S-76 no montante de R\$1.472, o qual foi devolvido a ANP em Junho de 2011. A composição deste saldo está disponível para consulta na Nota 20.

Em março e junho de 2011, o consórcio tomou a decisão de devolver os blocos adjacentes BM-S-75/BM-S-77 e BM-S-76 à ANP, respectivamente. Com isso, a Companhia arcou com os compromissos assumidos como garantia do PEM (Programa Exploratório Mínimo) do bloco BM-S-77 no montante de R\$10.555 que foi provisionado em dezembro de 2010 na conta "Provisão para garantia devolução dos blocos" e liquidados em maio de 2011 quando exercidos pela ANP. Além disso, a Companhia baixou os saldos referentes aos bônus de assinatura dos blocos BM-S-75/BM-S-77 (no montante de R\$19.737 em dezembro de 2010) e BM-S-76 (no montante de R\$1.472 em maio de 2011).

12. CONTAS A PAGAR

Em 30 de junho de 2011, o saldo de R\$245.874 no consolidado está relacionado ao contas a pagar com a Shell pela aquisição de direitos de participação no bloco BM-S-8 conforme descrito na Nota explicativa 11.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de exploração, avaliação e/ou desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural e dispêndio de capital normal para a perfuração e outros serviços relacionados às atividades fins da Companhia.

	Consolidado					
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Encargos</u>	<u>Garantia</u>	<u>Forma de pagamento</u>	<u>Vencimento</u>
<u>Moeda estrangeira</u>						
IFC – A – US\$	-	7.028	Libor + 1.75% a.a.	Fiança (a)	semestral	Nov/11
IFC – C – US\$	-	<u>16.829</u>	10.29% a.a.- 11.48% a.a.	Fiança (a)	semestral	Nov/11
Total em moeda estrangeira	-	<u>23.857</u>				
<u>Moeda nacional</u>						
BNDES	69.948	96.202	TJLP +3.5% a.a.	Fiança (c) penhor ações Manati	Mensal	Fev/14
BNB	<u>132.177</u>	<u>144.963</u>	10% a.a. (b)	Fiança (c) penhor ações Manati	Mensal	Set/16
Total em moeda nacional	<u>202.125</u>	<u>241.165</u>				
Circulante	52.281	76.330				
Não circulante	<u>149.844</u>	<u>188.692</u>				
Total consolidado	<u>202.125</u>	<u>265.022</u>				

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

BNB - Banco do Nordeste

IFC – International Finance Corporation

<u>Descrição</u>	<u>Jun-11</u>
TJLP anual	6,00%

- (a) Notas Promissórias com Fiança da Queiroz Galvão S.A. (QGSA) sem cobrança de encargos financeiros.
- (b) Sobre os encargos incidentes no financiamento em questão, são aplicados mensalmente Bônus de Adimplência de 15% sobre a taxa efetiva conforme definido contratualmente, desde que as prestações sejam pagas até as datas de vencimento previstas em contrato.
- (c) Penhor das ações e direitos sobre os recebíveis de Manati e fiança da QGSA até a assinatura dos contratos acessórios com cobrança de encargos financeiros a partir de 15 de janeiro de 2011.

Movimentação dos empréstimos:

Saldo Final - 31/12/2010	265.022
(-) Amortização do principal (a)	(61.557)
(+) Adições de juros	12.118
(-) Amortização de juros (a)	(11.399)
(-) Bônus adimplência	(1.164)
(+/-) Variação cambial	<u>(895)</u>
Saldo Final - 30/06/2011	<u>202.125</u>

- (a) Referente a liquidações dos empréstimos juntos as instituições financeiras, conforme composição abaixo:

<u>Banco</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>
IFC – A	6.679	74
IFC - C	16.030	882
BNDES – A	12.182	1.764
BNDES – B	13.949	2.020
BNB – 001	10.916	5.791
BNB – 002	<u>1.801</u>	<u>868</u>
	<u>61.557</u>	<u>11.399</u>

Os vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados como segue:

<u>Vencimentos</u>	<u>Jun-11</u>
2012	25.782
2013	51.565
2014	29.789
2015	25.434
2016	<u>17.274</u>
	<u>149.844</u>

Os contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas (“*covenants*”) que referem-se basicamente à manutenção de certos índices de liquidez, sendo estes índice de liquidez corrente, índice de endividamento e cobertura do serviço da dívida. As cláusulas restritivas são requeridas de serem calculadas anualmente e não são reportadas em períodos interinos.

Os *covenants* não financeiros relacionados aos contratos de empréstimo da Manati junto ao BNB e ao BNDES correspondem basicamente à distribuição de dividendos acima de 25%, os quais devem ser autorizados pelos bancos financiadores da Manati. Historicamente todas as solicitações efetuadas foram devidamente atendidas de forma a liberar o excesso de caixa gerado pela Manati para a QGEP.

Os contratos de financiamento celebrados entre a Manati S.A. e os bancos BNB e BNDES prevê como garantias, uma fiança prestada pela QGSA, até a assinatura dos contratos acessórios, penhor em primeiro grau dos direitos creditórios da Manati S.A. emergentes dos contratos de venda de gás natural e condensado e dos hidrocarbonetos de propriedade da Manati S.A. e penhor de Ações.

O contrato de financiamento com o *International Finance Corporation* (IFC) foi originalmente celebrado entre essa instituição e a QGOG. Em maio de 2010, foi celebrado um termo de anuência (*waiver*) por meio do qual o IFC consentiu que as obrigações desse contrato de financiamento fossem transferidas para a QGEP.

Em 15 de abril de 2011 foi solicitada e concedida a anuência para a antecipação da última parcela do financiamento do IFC com vencimento em 15 de novembro de 2011 no valor de US\$7.083 para dia 16 de maio de 2011. Com isso, nesta data o contrato junto ao IFC foi liquidado integralmente.

14. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS (em reais)

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas demonstrações financeiras.

Os processos da Manati considerados como perda possível consubstanciada na opinião de assessores legais externos, não foram provisionados nas demonstrações financeiras e se referem:

- a) Processo cível que busca a reparação de danos ambientais requerida por uma colônia de pescadores. O valor atribuído a ação original foi de R\$1 e envolve pedido de: (i) liminar para suspensão das atividades da plataforma até que sejam implementadas medidas necessárias ao reequilíbrio ecológico da região, e (ii) indenização por danos materiais e morais a ser arbitrado pelo Juízo.
- b) Contingência ambiental referente a assoreamento de córregos e erosão na instalação do gasoduto entre Guaibin e São Francisco do Conde – descumprimento de condicionantes. O valor atribuído a ação original foi de R\$200 e a Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação em cada contrato de concessão, podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.
- c) Contingência ambiental referente a assoreamento do Rio Castro e descumprimento de condicionantes da Licença Precária de Operação do gasoduto Manati. O valor atribuído a ação original foi de R\$300 e a Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação em cada contrato de concessão e podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a QGOG por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos da QGOG e Constellation, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas demonstrações financeiras.

15. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas de custos para o respectivo saldo na controlada Manati foram revisadas e mantidas pelo operador do bloco (Petrobras) conforme Ata de Reunião do Comitê Operacional de 29 de outubro de 2010, não havendo alteração em relação a estimativa do ano anterior.

Na controlada Manati, os efeitos da variação cambial oriunda da atualização da provisão para abandono definida em moeda estrangeira (US\$) são contabilizados diretamente no resultado no período auferido.

Movimentação da Provisão para Abandono

	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31/12/2010	95.085
Varição cambial do período	<u>(5.997)</u>
Saldos em 30/06/2011	<u>89.088</u>

16. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado			
	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11	01/01/10 a 30/06/10	01/01/10 a 30/06/10
Receita operacional bruta	<u>78.301</u>	<u>169.893</u>	-	-
PIS	(1.267)	(2.749)	-	-
COFINS	(5.836)	(12.661)	-	-
ICMS	(8.870)	(19.266)	-	-
Descontos – reduções contratuais	<u>(1.511)</u>	<u>(3.299)</u>	-	-
Total de deduções	<u>17.484</u>	<u>37.975</u>	-	-
Receita líquida	<u>60.817</u>	<u>131.918</u>	-	-

17. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

17.1 Custos operacionais

	Consolidado			
	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11	01/04/11 a 30/06/10	01/01/10 a 30/06/10
Custos de extração	(9.681)	(16.819)	-	-
Royalties e participação especial	(4.812)	(10.752)	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	(917)	-	-
Amortização e depreciação	<u>(11.012)</u>	<u>(23.908)</u>	-	-
Total	<u>(25.505)</u>	<u>(52.396)</u>	-	-

17.2 Despesas gerais e administrativas

	Controladora			
	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11	01/04/10 a 30/06/10	01/01/10 a 31/03/10
Pessoal	(492)	(848)	-	-
Serviços contratados de terceiros	(115)	(200)	-	-
Seguros	(446)	(446)	-	-
Impostos e taxas	(8)	(58)	-	-
Outras despesas	<u>(296)</u>	<u>(315)</u>	-	-
Total	<u>(1.357)</u>	<u>(1.867)</u>	-	-

	Consolidado			
	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11	01/04/10 a 30/06/10	01/01/10 a 31/03/10
Pessoal (a)	(4.808)	(31.255)	-	-
Serviços contratados de terceiros	(1.584)	(2.462)	-	-
Impostos e taxas	(130)	(361)	-	-
Seguros	(446)	(446)	-	-
Serviços compartilhados	(845)	(1.682)	-	-
Outras despesas	<u>(2.550)</u>	<u>(3.668)</u>	-	-
Total	<u>(10.363)</u>	<u>(39.874)</u>	-	-

- (a) No semestre findo em 30 de junho, inclui o montante de R\$23.070 referente ao pagamento para diretores, gerentes, funcionários e colaboradores (incluindo diretores, gerentes, funcionários e colaboradores da controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.) de uma remuneração de incentivo vinculada à conclusão da Oferta Pública de Ações da QGEP Participações S.A. A referida remuneração de incentivo teve o valor global de 1,523% do valor da oferta primária de ações, conforme aprovado em ata de Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) de 28 de março de 2011.

18. CUSTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Referem-se a custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, baixas de custos com poços não comerciais ou com reservas não operacionais, entre outros. Do saldo de R\$17.363 em 30 de junho de 2011, R\$11.690 referem-se a baixa dos gastos exploratórios do poço 1-SP-80 localizado no bloco BM-S-76, que não apresentou zonas potencialmente produtoras, como já informado ao mercado.

19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora			
	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11	01/04/10 a 30/06/10	01/01/10 a 30/06/10
Juros de aplicações financeiras e outras receitas financeiras	121	250	-	-
Juros de empréstimos e financiamentos e outras despesas financeiras	(4)	(4)	-	-
Total	<u>117</u>	<u>246</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Consolidado			
	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11	01/04/10 a 30/06/10	01/01/10 a 30/06/10
Juros de aplicações financeiras e outras receitas financeiras	47.254	73.283	-	-
Juros de empréstimos e financiamentos e outras receitas (**) e despesas financeiras	(6.265)	(12.028)	-	-
Variações cambiais, líquidas (*)	<u>8.527</u>	<u>11.198</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>49.516</u>	<u>72.453</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(*) Refere-se basicamente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, sobre a provisão para abandono para o período e sobre o saldo a pagar a Shell referente a compra do bloco BMS-8.

(**) Refere-se a bônus de adimplência conforme previsto nos contratos de empréstimos e financiamentos.

20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS - NÃO REVISADO

a) Direitos e Compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/Campo	Participação	%
Abandonado	Santos	Coral	Petrobras (operador)	35
			BS-3 (*)	15
			Norse Energy	35
			Brasoil	15
Desenvolvimento e Produção	Camamu	Manati	Petrobras (operador)	35
			Manati	45
Exploração (estudos de viabilidade econômica)		Camarão Norte	Rio das Contas (Norse Energy)	10
			Brasoil	10
Exploração	Camamu	BM-CAL-5 Copaiba = 22.5% e Jequitiba = 27.5%	Petrobras (operador)	51.11
			Queiroz Galvão Óleo e Gás (*) El Paso	24.45 24.44
	Camamu	CAL-M-312 CAL-M-372	Petrobras (operador)	60
			Queiroz Galvão Exploração e Produção El Paso	20 20
	Santos	BM-S-12	Petrobras (operador)	70
			Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
Santos	BM-S-8	Petrobras (operador)	66	
		Petrogal Shell (**)	14 20	
	Jequitinhonha	BM-J-2	Queiroz Galvão Exploração e Produção	100

(*) Em processo de transferência para a QGEP.

(**) Em processo de transferência para a QGEP de 10%, conforme descrito na nota 11.

Conforme acima demonstrado, a Petrobras é operador na quase totalidade dos blocos da Companhia. Pelos termos dos contratos de concessão, em caso de descoberta e comprovação de jazida comercialmente explorável, a Companhia tem garantido os direitos de explorar, desenvolver e produzir, por um período de 27 anos, petróleo e gás natural nos campos comerciais que venham a ser delimitados dentro dos limites desses blocos. Não existem restrições de preço para a comercialização dos produtos oriundos da exploração dessas áreas.

O quadro a seguir, demonstra os compromissos assumidos pelo atual portfólio de participações em projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural da Companhia:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEP) MM R\$	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km ²	Royalties	Taxa de retenção de área por km ² (Valores em Reais)		
						Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	NA	2000	-	75,650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	NA	2000	-	16,470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Coral	NA	2000	-	43,915	8,5%	200,00	400,00	2.000,00
BM-S-12	-	2001	1.596	2.058,720	10%	435,52	871,04	4.355,20
BM-CAL-5	-	2001	1.146	341,700	10%	152,43	304,86	1.524,30
BM-J-2	14	2002	855	742,051	10%	174,43	348,86	1.744,30
CAL-M-312	-	2004	205	745,851	10%	239,00	478,00	2.390,00
CAL-M-372	7,2	2004	562	745,031	10%	239,00	478,00	2.390,00
BM-S-8	-	2000	-	2.432,2	10%	396,02	792,04	3.960,20
Total	<u>21,2</u>		<u>4.364</u>					

Em 30 de junho de 2011, a QGEP têm compromisso de executar o Programa Exploratório Mínimo (“PEM”), que compreende a perfuração de 2 poços exploratórios, além de reprocessamento e processamentos sísmicos especiais. Caso esse programa exploratório mínimo não seja cumprido, a ANP executará a garantia estipulada. O compromisso está sendo cumprido dentro do período exploratório de cada concessão.

A controlada Manati detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de desmantelamento de área. Em 30 de junho de 2011, o montante da provisão de abandono é de R\$89.464 (Nota explicativa 15).

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a Manati:

- **Royalties** - Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. Durante o período findo em 30 de junho de 2011 foram cobrados R\$10.233 de royalties referentes à produção do campo Manati no período, dos quais R\$1.873 permanecem provisionados nesta data. Essas cobranças estão registradas na demonstração do resultado como Custos Operacionais.
- **Participação especial** - A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. Durante o período findo em 30 de junho de 2011 foram pagos R\$519 de participação especial.
- **Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão** - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foram desembolsados os montantes de R\$48 registrados na demonstração do resultado como custos operacionais.

b) Informações sobre as reservas (não revisado pelos auditores independentes)

As reservas de gás provadas líquidas da controlada Manati foram preparadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 – Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada está apresentada conforme abaixo:

	<u>Reserva total campo</u> MMm ³ (não revisado)
Reserva provada estimada em 30/06/2011 (a)	<u>15.224</u>

(a) Baseado em estimativas dos engenheiros de petróleo da Companhia.

A reserva provada foi estimada a partir da reserva certificada em 2009 e deduzidas das produções anuais.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos.

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	<u>Valor registrado</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor registrado</u>	<u>Valor justo</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito (i)	-	-	128.063	128.063
Empréstimos e recebíveis				
Caixa (i)	203	203	972	972
Equivalente de caixa (i)	2.102	2.102	60.118	60.118
Contas a receber (iii)	-	-	57.125	57.125
Valor justo por meio do resultado				
Equivalente de caixa (i)	-	-	1.154.656	1.154.656
Aplicações financeiras			326.042	326.042
Instrumento financeiro derivativo – <i>call option</i>	-	-	13	13
<u>Passivos financeiros</u>				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	-	202.125	202.125
Fornecedores (iii)	3.496	3.496	271.055	271.055

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados conforme segue:

- (i) Representam valores de mercado (valor justo) apurados pela Administração com Nível 1 de grau observável do valor justo, obtidos por preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticas, quando aplicável.
- (ii) Adicionalmente, os valores relacionados aos saldos de contas a receber e a pagar também não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>Até 3 anos</u>	<u>Até 4 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	271.055	-	-	-	-	271.055
Empréstimos e financiamentos	<u>52.281</u>	<u>25.782</u>	<u>51.565</u>	<u>29.789</u>	<u>42.708</u>	<u>202.125</u>
Total	<u>323.336</u>	<u>25.782</u>	<u>51.565</u>	<u>29.789</u>	<u>42.708</u>	<u>473.180</u>

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras. A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, representa um risco de crédito insignificante tendo em visto que a Petrobras é avaliada pelas agências de *rating* como sendo de *Investment Grade*, é controlada pelo Governo Federal e historicamente não possui inadimplência ou atrasos.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para investimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às determinadas instituições financeiras, substancialmente a taxas de juros de mercado. Os empréstimos são captados com taxas de juros pré-fixadas e variáveis (TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo).

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

	Cenário provável - Deterioração 5%	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário I - Deterioração de 50%
<u>Empréstimos e financiamentos remunerados pela URTJLP - R\$ mil</u>			
Variação da URTJLP:			
Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo (URTJLP): valor base para indexação do principal de Empréstimos e Financiamentos remunerados pela URTJLP em 30.06.2011 – R\$ mil			
	1,97408	1,97408	1,97408
Valor base da URTJLP estimada com base na deterioração calculada	2,0728	2,4676	2,9611
Empréstimos e financiamentos remunerados pela URTJLP – Principal exposto em URTJLP			
	35.433	35.433	35.433
Empréstimos e financiamentos em Reais – Principal exposto em R\$ mil			
	69.948	69.948	69.948
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento potencial da URTJLP nos Empréstimos e financiamentos – R\$ mil			
	3.498	17.487	34.973
<u>Empréstimos e financiamentos remunerados pela TJLP - R\$ mil</u>			
Variação da TJLP:			
Taxa anual efetiva da TJLP em 30.06.2011 – R\$ mil			
	6%	6%	6%
Taxa anual estimada da TJLP com base na deterioração prevista			
	6,3%	7,5%	9%
Empréstimos e financiamentos em Reais – Principal exposto em R\$ mil			
	69.948	69.948	69.948
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento potencial da taxa da TJLP nos Empréstimos e financiamentos – R\$ mil			
	210	1.049	2.098

f) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são basicamente provenientes das oscilações das taxas de câmbio sobre a provisão para abandono e as obrigações, valorizados em moeda estrangeira.

Com o objetivo de se proteger das oscilações do dólar na aquisição do bloco BM-S-8, a Administração optou por proteger o valor em reais das parcelas da aquisição utilizando instrumentos derivativos com o objetivo de hedge cambial, conforme detalhado abaixo.

Na primeira parcela, no montante de US\$17.500, referente 10% da aquisição do bloco, o instrumento de hedge contratado foi um contrato de operação de termo de moeda (NDF) junto ao Banco Itaú BBA S.A. à taxa de R\$1,5933. O vencimento da operação foi em 15 de junho de 2011, data da liquidação da mesma. O valor contabilizado no resultado em junho de 2011 foi uma despesa de R\$196.

O instrumento de Hedge contratado para a segunda parcela da aquisição foi uma opção de compra de ações (call option) no valor nominal de US\$ 157.500. Foi pago um prêmio de R\$732 pela compra da Opção, cujos termos e disposições aplicáveis são o seguintes:

Data da Negociação:	3 de junho de 2011
Moeda de Referência:	USD
Comprador da Opção de Moeda:	Contraparte
Vendedor da Opção de Moeda:	Goldman Sachs do Brasil
Estilo de Opção de Moeda:	Européia
Tipo de Opção de Moeda:	Opção de Compra de USD
Valor Nominal da Moeda de Referência:	USD 157.500,00
Preço de Exercício:	1.70 BRL/USD
Data de Vencimento:	15 de julho de 2011
Data de Exercício:	15 de julho de 2011
Exercício Automático:	Aplicável
Data de Avaliação:	Data de Exercício
Data de Liquidação:	18 de julho de 2011
Liquidação:	Por diferença em Reais
Moeda de Liquidação:	BRL
Taxa de Liquidação:	PTAX
Prêmio:	BRL 733
Pagador do Prêmio:	Comprador da Opção de Moeda
Data do Pagamento de Prêmio:	6 de junho de 2011

<u>Contrato de opção</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa</u>	2011	
			<u>Valor</u>	<u>Valor justo</u>
			<u>nominal</u>	<u>realizado</u>
			<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<i>Call Option</i>	15/julho/11	USD	<u>267.750</u>	<u>(719)</u>
			267.750	(719)

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito a uma variação eventual de receitas ou despesas associadas às operações e cenários estimados, sem considerar seus valores de mercado.

	Consolidado				
	2011				
	Montante em R\$	Montante em USD	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Dólar			1,68	2,10	2,52
<u>Operação</u>					
Contas a pagar - Shell	245.874	157.500	264.600	330.750	396.900
Provisão para abandono	<u>89.088</u>	<u>57.067</u>	<u>95.873</u>	<u>119.841</u>	<u>143.809</u>
Passivos expressos em reais nas respectivas taxas de câmbio	334.962	214.567	360.473	450.591	540.709
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento na valorização do USD em relação ao real	N/A	N/A	25.512	115.630	205.748

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") de 17 de janeiro de 2011 foi deliberado o desdobramento de cada ação ordinária em 3 (três) ações ordinárias e com isso, o número de ações ordinárias emitidos ficou em 186.065.886, naquela data.

Em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 7 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$1.317.460 passando dos atuais R\$620.417 para R\$1.937.877 mediante a emissão de 69.340.017 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública primária realizada no Brasil nesta mesma data, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

Em RCA realizada em 2 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$197.619 passando dos atuais R\$1.937.877 para R\$2.135.496 mediante a emissão de 10.401.002 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, em razão do exercício da opção de distribuição de um lote suplementar de ações pelo BTG Pactual, de acordo com as disposições do Contrato de Distribuição e Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da QGEP Participações ("Prospecto Definitivo").

O capital social integralizado da Companhia em 30 de junho de 2011 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição do capital social realizado em 30 de junho de 2011 é a seguinte:

<u>Acionista</u>	<u>Nº de ações ordinárias</u>	<u>% de participação</u>	<u>Capital</u>
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	62,9	1.307.135
FIP Quantum	18.606.588	7,0	145.468
Administradores	7	0,1	2.078
Ações em circulação	<u>79.741.019</u>	<u>30,0</u>	<u>623.435</u>
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>	<u>2.078.116</u>

ii. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no período. O cálculo de lucro por ação diluído é computado incluindo-se as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	<u>Período de 01/04/11 a 30/06/11</u>	<u>Período de 01/01/11 a 30/06/11</u>
<i>Numerador</i>		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas ordinários da Companhia	58.359	71.724
<i>Denominador (em milhares de ações)</i>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>216.651.482</u>	<u>216.651.482</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>0,27</u>	<u>0,33</u>

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo uma vez que em 30 de junho de 2011 as opções de ações estão "out of money", e, portanto, não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2011, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo este Plano de 2011 poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$9,87.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	<u>Planos de opções de compra de ações</u> <u>2011</u>
Data da reunião do Conselho de Administração	29/04/2011
Total de opções concedidas	1.097.439
Preço de exercício da opção	R\$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R\$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	59,24%
Dividendo esperado	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	6,36%
Duração da opção (em anos)	7

A movimentação das opções de ações existentes em 30 de junho de 2011 está apresentada a seguir:

	<u>Opções de ações</u>	<u>Preço de exercício médio ponderado</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2010	-	
Concedidas	<u>1.097.439</u>	<u>19,00</u>
Opções em circulação em 30 de junho de 2011	<u>1.097.439</u>	<u>19,00</u>
Quantidade de opções exercíveis em 30 de junho de 2011	-	-

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis em 30 de junho de 2011 estão sumariadas abaixo:

	<u>Opções em circulação</u>			<u>Opções exercíveis</u>	
<u>Intervalo de preços de exercício</u>	<u>Opções em circulação em Jun/2011</u>	<u>Maturidade remanescente media em anos</u>	<u>Preço de exercício médio</u>	<u>Opções exercíveis em Dez/2011</u>	<u>Preço de exercício médio</u>
19,00	1.097.439	7	19,00	-	-

Para o período findo em 30 de junho de 2011, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$933, sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

iv. Custos de transação

Conforme determinado no Pronunciamento CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, a Companhia registrou em conta redutora do capital social os valores pagos relacionados a abertura do capital no montante de R\$57.380.

23. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Importâncias seguradas Jun-11</u>
Responsabilidade civil geral	21/01/2012	953.832
Responsabilidade civil de diretores e administradores	16/01/2012	900
Riscos de petróleo e operacionais	21/01/2012	<u>438.357</u>
Total		<u>1.393.089</u>

24. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contra-partida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pelo Grupo. A única obrigação do Grupo em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total de R\$78, reconhecida na demonstração consolidada do resultado, refere-se a contribuições a pagar pelo Grupo a alíquotas especificadas pelas regras desses planos.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração para a publicação em 8 de agosto de 2011 nas quais consideraram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

26. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

Adição ao ativo intangível	245.874
Plano de opção de ações	933

27. Sazonalidade

A atividade de exploração e produção da Companhia não sofre efeitos de sazonalidade ao longo do período.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme divulgado na Nota 11, em 1º de junho de 2011, a controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP") assinou com a Shell Brasil Petróleo Ltda. ("Shell") contrato de compra e venda de direitos de participação no bloco BM-S-8 no valor de R\$273.192 (US\$175.000), dos quais 10% do valor R\$27.319 (US\$17.500) da aquisição foi pago no dia 15 de junho de 2011 e os outros 90% R\$245.874 (US\$157.500) da aquisição foram pagos no dia 15 de julho de 2011.
